



Jornal Nacional narrando a nação: uma comunidade imaginada¹

Renata Echeverria²

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

Este artigo pretende analisar o telejornal mais visto do País, o Jornal Nacional da Rede Globo, para depois argumentar que o noticiário televisivo apresentado por William Bonner e Fátima Bernardes possui uma forte influência no cotidiano da população Brasileira. Para nós, o Jornal Nacional contribui para a formação de uma “comunidade imaginada”, de que fala o pesquisador Benedict Anderson, quando narra os principais fatos ocorridos no Brasil e no mundo, congregando grande parte da nação brasileira a participar de uma espécie de “cerimônia de massa”. Comunidade que compartilha simultaneamente, mesmo que distante, dos acontecimentos. Vamos defender neste trabalho a ideia de televisão ainda como “laço social”, de que fala Dominique Wolton.

PALAVRAS-CHAVE: telejornalismo; Jornal Nacional; comunidade; nação; laço social.

1. Introdução

Porque o desafio da televisão continua sendo sempre – e nisso a televisão brasileira é um caso a ser estudado – o estar juntos.

Dominique Wolton

Há 42 anos, os apresentadores Hilton Gomes e Cid Moreira abriram a primeira edição do Jornal Nacional anunciando: "O Jornal Nacional, da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o Brasil novo, inaugura-se neste momento: imagem e som de todo o país". Na despedida, Cid Moreira falou: "É o Brasil ao vivo aí na sua casa. Boa noite".

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Curso de Jornalismo de Pós-Graduação em Comunicação/PPGCOM, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, e-mail: renataecheverria@uol.com.br



Foram com estas palavras que teve início, em 1969, o primeiro programa em rede nacional, gerado do Rio de Janeiro, e que se tornou, logo depois, o mais popular e o mais visto telejornal da TV brasileira. De acordo com pesquisa realizada em 2010, pelo Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), o Jornal Nacional continua sendo o telejornal de maior audiência do País até hoje, com média/dia de 29,8 pontos, que representa 60 mil domicílios ligados, na Grande São Paulo e 49,3% de *share* (que corresponde ao número de aparelhos de TVs ligados).³

Segundo pesquisa encomendada pelo Ibope e divulgada no site da Direção Geral de Comercialização da Globo - DGC, em relação a cidade mais populosa do país, a televisão faz parte do cotidiano dos paulistanos como nenhum outro meio de comunicação. Os dados apontam que o aparelho de TV é o segundo eletrodoméstico mais presente no lar dos brasileiros, só perdendo para o fogão. A pesquisa também mostra que em São Paulo, a programação do canal 5, que transmite a Rede Globo, é acompanhada por 5,8 milhões de domicílios com TV. Achemos importante destacar que São Paulo é a cidade mais populosa do Hemisfério Sul, superando países como Bélgica, Suécia ou ainda a soma de Portugal e Hong Kong.

De acordo ainda com as informações do site da Direção Geral de Comercialização da Globo - DGC, a emissora também é líder de audiência no Rio de Janeiro, no Distrito Federal, em Minas e no Nordeste do Brasil. Em Pernambuco, a emissora está presente em 184 dos 185 municípios através da TV Globo Recife, em Recife; da TV Asa Branca, em Caruaru; e da TV Grande Rio, em Petrolina. O Estado tem uma população de 8.847.374 habitantes. Todas as estimativas foram feitas pelo Ibope, em fevereiro de 2011, por solicitação da Comissão ABAP-Redes e retiradas do site: comercial.redeglobo.com.br/atlas2004/index.php.

Então, como pensar a relação entre o Jornal Nacional e a nação brasileira? Qual a ideia de comunidade nacional narrada no telejornal? Vamos tentar entender como se dá esta representação e depois num trabalho posterior de dissertação, saber como o Jornal Nacional da Rede Globo representa o Estado de Pernambuco. Mas antes precisamos nos aprofundar em dois conceitos bastante pertinentes à nossa investigação: os conceitos de “comunidade” e de “identidade nacional”.

3. Fonte: site R7 entretenimento.

No texto “A televisão brasileira”, o pesquisador Dominique Wolton (1996) afirma que o fenômeno televisivo no Brasil constitui um poderoso fator de integração social e que a Rede Globo é um dos símbolos da identidade brasileira:

Essa televisão não poderia ter tal audiência se estivesse defasada em relação às expectativas dos brasileiros. Apesar de sua lógica financeira implacável, o seu sucesso provém, também, do fato de ter conseguido, em trinta anos, tornar-se ao mesmo tempo espelho e parte do ideal brasileiro. [...] De fato, a Globo coloca-se como uma indústria, um instrumento de modernização e integração e um fator de identidade nacional. Ela é um instrumento de cultura de massa numa sociedade hierarquizada. Se o seu objetivo não é modificar as estruturas sociais, é, pelo menos, saber apreendê-las e acompanhá-las. Aí encontramos de imediato o papel de laço social da televisão (WOLTON, 1996, p.159-160).

Para Wolton, as telenovelas brasileiras também fortalecem a ideia do papel de laço social exercido pela televisão:

Todos conversam sobre as novelas, o que mostra à perfeição a tese do laço social que é a televisão. Mas não é só a realidade que inspira as novelas; são também as novelas que influenciam a realidade por uma espécie de ida e volta entre ficção e a realidade, talvez única no mundo (WOLTON, 1996, p. 163).

Benedict Anderson (2008), em sua pesquisa sobre a origem, expansão e conceituação do Nacionalismo define a nação como uma comunidade política imaginada:

Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (ANDERSON, 2008, p.32).

E Anderson vai mais além ao seu conceito abstrato de nação quando diz que independentemente de situações de desigualdade e exploração, a nação sempre será concebida como “uma profunda camaradagem horizontal”. E é por essa fraternidade, destaca ele, que nesses dois últimos séculos, milhões de pessoas estiveram dispostas a matar e morrer por essas criações imaginárias ilimitadas.

Para Anderson, se o desenvolvimento da imprensa como mercadoria facilitou o surgimento de novas ideias simultâneas, um dos fatores mais determinantes segundo ele, para a consciência de nação se tornar tão popular nessas comunidades foi o capitalismo:

[...] a convergência do capitalismo e da tecnologia de imprensa sobre a fatal diversidade da linguagem humana criou a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada, a qual, em sua morfologia básica, montou o cenário para a nação moderna (ANDERSON, 2008, p. 82).

Anderson atribui à criação da língua impressa as bases para a consciência nacional:

O que tornou possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo, foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana (ANDERSON, 2008, p.78).

Assim como Benedict Anderson, outro pensador e pesquisador importante para a identificação e entendimento de conceitos como identidade e nação é Stuart Hall (2006). Hall distinguiu três concepções diferentes de identidade:

- a) sujeito do Iluminismo,
- b) sujeito sociológico e
- c) sujeito pós-moderno.

No sujeito do Iluminismo o centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. Era um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão. Fica clara a concepção “individualista” do sujeito e de sua identidade.

O sujeito sociológico, segundo Hall, refletia a crescente complexidade do mundo moderno e tinha a consciência que o sujeito era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”. “A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público” (HALL, 2006, p. 11). Dito de outra forma, a identidade costura o sujeito à estrutura.

Segundo Hall, o sujeito pós-moderno seria o indivíduo que perde essa noção de identidade unificada e estável, tornando-se fragmentado:

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987, p.12-13).

Para Hall, na medida em que os sistemas de significação e representação se multiplicam de forma cada vez mais acelerada, acabamos sendo confrontados por uma multiplicidade estonteante de identidades possíveis.

O argumento utilizado por Stuart Hall em suas reflexões sobre as identidades nacionais é a de que elas não são coisas com as quais nós nascemos, mas sim que seriam formadas e transformadas a partir de um sistema de representação.

[...] a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação: elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional (HALL, 2006, p. 49).

De alguma forma Anderson e Hall comungam da mesma ideia de nação como representação, criada através de padrões de alfabetização universais, generalizadas por uma única língua criando um meio de comunicação dominante.

Uma comunidade imaginada

Para Stuart Hall as culturas nacionais são compostas de instituições, símbolos e representações. Hall (2006) afirma que uma cultura nacional é um discurso. Ou seja, um modo de construir sentidos, sentidos com os quais podemos nos identificar. Para Benedict Anderson (2008) “a identidade nacional é uma comunidade imaginada”. E para ele o que diferencia uma nação de outra é a forma diferente de como elas são imaginadas. Mas como é imaginada a nação moderna? Quais são as representações que dominam as identificações e define as identidades de um povo? Pergunta Hall, que estabelece cinco abordagens principais para responder as duas questões:

- Em primeiro lugar seria que existe uma narrativa da nação. São as histórias de um povo que são contadas e recontadas na literatura nacional, na mídia e na cultura popular.
- Em segundo lugar a ênfase estaria nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade.
- A terceira estratégia discursiva seria constituída por aquilo que Hobsbawm e Ranger chamaram de tradição inventada:

Tradição inventada significa um conjunto de práticas..., de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado (HALL, 2006, p. 54).

- A quarta narrativa da cultura nacional seria chamada de mito fundacional: uma estória que localiza a origem de uma nação num passado muito distante, perdido não num tempo “real”, mas num tempo “mítico”.

- Na quinta abordagem, Hall propõe que a identidade nacional seria simbolicamente baseada na ideia de um povo ou *folk* puro, original.

Stuart Hall deixa claro o argumento de que a identidade está profundamente envolvida no processo de representação. E representação para Hall, de uma forma geral e simplificada, significa usar a linguagem para dizer algo com sentido sobre alguma coisa, ou para representar de maneira significativa o mundo a outras pessoas. Representação seria então uma parte essencial do processo, mediante o qual se produz o sentido e se faz o intercâmbio entre os membros de uma cultura, implicando no uso da linguagem, dos signos e das imagens que representam coisas.

Num diálogo possível entre a *representação* de Hall e as *representações sociais* de Moscovici, numa perspectiva de análise do Jornal Nacional, poderíamos lembrar o que diz Moscovici:

A representação social surge onde há perigo para a identidade coletiva, quando a comunicação de conhecimentos submerge as regras que a sociedade se outorgou. A objetivação minimiza o problema ao integrar as teorias abstratas de um grupo especializado em elementos do meio ambiente geral. Da mesma maneira se dá com a ancoragem que transforma a ciência num saber útil para todos (MOSCOVICI, 1978, p. 174).

Ancoragem e objetivação

Ancoragem e objetivação são dois conceitos extremamente caros à Moscovici (2009) e identificados pelo psicólogo social, como os dois processos que geram as representações sociais. A ancoragem, segundo Moscovici: “procura *ancorar* ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar” (MOSCOVICI, 2009, p.60). Para o autor, quando determinado objeto ou ideia é comparado ao paradigma de uma categoria, ele acaba adquirindo as características dessa categoria e sendo re-ajustado para que se enquadre nela. Ancorar é classificar e dar nome a alguma coisa:

[...] então nós podemos representar o não-usual em nosso mundo familiar, reproduzi-lo como uma réplica de um modelo familiar. Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de se dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo. De fato, representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes (MOSCOVICI, 2009, p. 62).

Constatamos então, que as representações sociais existem para tornar familiar, o não familiar, e que os processos de ancoragem e objetivação são acionados para tornar possível a assimilação do não familiar. Processos básicos que, segundo Moscovici estão na origem e na formação das representações sociais. Trançando uma relação entre o processo de ancoragem e o telejornal, apostamos na hipótese de que ele serve para classificar, categorizar fatos e acontecimentos, que, de outra forma, seriam estranhos ao público. Não seria o que faz o jornalismo/telejornalismo, quando alguns pesquisadores afirmam que uma das suas funções é reduzir a complexidade nas sociedades contemporâneas?

Quando ancoramos estamos tentando achar um lugar para encaixar o estranho, o que não entendemos o que não nos é familiar. As psicólogas sociais Fátima Oliveira e Graziela Werba (2009) afirmam:

Quando algo não se encaixa exatamente a um modelo conhecido, nós o forçamos a assumir determinada forma, ou entrar em determinada categoria, sob pena de não poder ser decodificado. Este processo é fundamental em nossa vida cotidiana, pois nos auxilia a enfrentar as dificuldades de compreensão ou conceituação de determinados fenômenos. (OLIVEIRA, F. & WERBA, G. 2009, p. 109)

De acordo com Oliveira e Weber (2009), ancorar implica também, muitas vezes, num juízo de valor, pois quando ancoramos estamos classificando uma pessoa, uma ideia ou um objeto e os situando dentro de uma determinada categoria. Moscovici defende: “categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele” (Moscovici, 2009, p. 63).

Já a objetivação, segundo Moscovici, procura materializar as ideias abstratas e converter o conceito em categorias da linguagem: é reproduzir um conceito em uma imagem. Moscovici confessa: “A materialização de uma abstração é uma das características mais misteriosas do pensamento e da fala. [...] transformar a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui a palavra” (MOSCOVICI, 2009, p.71).

Para Moscovici, a cultura, não a ciência, nos incita hoje, cada vez mais, a construir realidades a partir de ideias significantes. O objetivo, do ponto de vista da sociedade, seria então se apropriar e transformar em características comuns o que geralmente pertencia a um campo ou esfera específica: “Sem representações, sem a metamorfose

das palavras em objetos, é absolutamente impossível existir alguma transferência” (MOSCOVICI, 2009, p.75).

A importância da fala, da palavra, da linguagem como forma de representação destacada em Hall, também está contida nas representações sociais que defende Moscovici:

Para se ter uma ideia mais clara das consequências de nossa tendência em objetivar, poderíamos analisar fenômenos sociais tão diferentes como a adoração de um herói, a personificação das nações, raças, classes, etc. Cada caso implica uma representação social que transforma palavras em carne, ideias em poderes naturais, nações ou linguagens humanas em uma linguagem de coisas.[...] Nossas representações, pois, tornam o não-familiar em algo familiar. O que é uma maneira diferente de dizer que elas dependem da memória. (MOSCOVICI, 2009, p. 78).

Para Moscovici, a ancoragem e a objetivação são maneiras de lidar com a memória:

A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (MOSCOVICI, 2009, p. 78).

Resumindo, transformar o não-familiar em algo familiar seria o que busca as representações sociais. E, ao fazer uma relação direta com o Jornal Nacional, podemos nos arriscar em dizer que uma das funções do telejornal seria também, de alguma maneira, integrar a comunidade, os seus telespectadores, transformando ou mediando o que é estranho (não-familiar), inexplicável, ao não-estranho (familiar) e explicável.

Identidade nacional e telejornalismo

Quando o jornalismo, mais especificamente o televisivo, pretende hoje ser a grande “Praça Pública do País”, tese defendida por Vizeu (2003) e o espaço onde se fortalecem as ideias de “laço social” e de “poderoso fator de integração social”, como afirma Wolton (1996), o Jornal Nacional, telejornal mais visto do País, passa a ser, em nosso entendimento, uma forte representação do povo brasileiro.

Iluska Coutinho e Lara Linhalis Guimarães (2008), no artigo “A representação do povo brasileiro no Jornal Nacional” defendem que a cultura da mídia, nos seus diversos produtos, contribui na identificação dos brasileiros, como membros da família nacional:

A cultura da mídia articula-se cotidianamente com o contexto sócio-histórico no qual está inserida, de forma a legitimar ou contestar ideologias, pensamentos, construções simbólicas, imaginários. Nessa perspectiva poderíamos entender que os textos midiáticos contribuem para a construção do senso de pertença a uma comunidade nacional, bem como são estratégicos na legitimação ou transformação da memória coletiva que integra a identidade de uma nação (2008:2)

Sendo o telejornalismo, mais propriamente o Jornal Nacional (JN), um importante fragmento da cultura da mídia como afirma Iluska (2008), grande parte da população brasileira assiste ao telejornal como fonte de informação e entretenimento, então concluímos que, ao analisarmos o JN estaremos entendendo um pouco mais como se forma ou como é construída a nossa identidade.

Segundo a pesquisadora e jornalista Beatriz Becker, o telejornalismo brasileiro também possui importante papel na construção simbólica da ideia de coletividade e comunidade nacional: “[...] territórios simbólicos, integradores e singulares de experiência coletiva de realidade, de formação e expressão da política, acessível à maioria da população, que refletem e influenciam as construções das identidades nacionais” (BECKER, 2006, p.20). E vai mais além quando diz que:

A função do telejornal é narrar, dar conta dos principais fatos sociais de diferentes países em todo o mundo. Ao mesmo tempo ordena, ou melhor, reordena a experiência social do cidadão nas comunidades e em diferentes cidades. Tem, por isso, uma função política e, ao mesmo tempo, pretende ser uma abertura para o mundo (BECKER, 2005, p. 22).

Considerações finais

Essa inédita novidade sincrônica só podia surgir historicamente quando houvesse grupos consideráveis de pessoas em condições de se conceberem vivendo vidas paralelas às dos outros grupos consideráveis de gente – mesmo que nunca se encontrassem, mas com certeza seguindo a mesma trajetória.

Benedict Anderson

Quando o Jornal Nacional “narra” os acontecimentos e fatos diários de uma nação, e se propõe a ter por objetivo, cito o que está escrito no livro *Jornal Nacional: Modo de Fazer* (2009, p. 17): “mostrar aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no

mundo naquele dia, com isenção, pluralidade, clareza e correção”, o telejornal está construindo a história de um país, mesmo que de um ângulo regido pelos interesses da própria emissora, crítica que caberia em um outro tipo de análise e discussão, o Jornal Nacional está contribuindo, em nosso ponto de vista, para a formação de uma “comunidade imaginada”: imaginada, nos apropriando do conceito de Anderson (2008), porque os membros nunca se encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros, mas, mesmo sem nunca se conhecerem, saberão que estarão ligados nas mesmas mensagens midiáticas, via telejornal, via televisão, que nos permitirão, mesmo estando sós, fazer parte de uma mesma nação.

Assistir ao Jornal Nacional, simultaneamente a milhões de pessoas que faz isso todos os dias, todas as noites, seria então participar de uma “cerimônia de massa” de que fala Anderson (2008), quando se refere a uma “comunidade imaginada” que compartilha, através da leitura de um jornal, (ou assistindo a um telejornal), de uma espécie de “comunhão anônima” de uma mesma identidade nacional:

O significado dessa cerimônia de massa – Hegel observou que os jornais são, para o homem moderno, um substituto das orações matinais – é paradoxal. Ela é realizada no silêncio da privacidade, nos escaninhos do cérebro. E, no entanto cada participante dessa cerimônia tem clara consciência de que ela está sendo repetida simultaneamente por milhares (ou milhões) de pessoas cuja existência lhe é indubitável, mas cuja identidade lhe é totalmente desconhecida (ANDERSON, 2008, p. 68).

E para reforçar ainda mais o nosso argumento, podemos ilustrar a ideia com outro exemplo utilizado por Carlos Eduardo Franciscato (2005), quando o pesquisador fala da simultaneidade como componente da atualidade jornalística, em seu livro *A fabricação do presente*. Cito Anderson *apud* Franciscato (FRANCISCATO, 2005, p. 132):

Ao mesmo tempo, o leitor de jornais, vendo réplicas exatas de seu jornal sendo consumidos em diferentes locais públicos e privados por pessoas que ele não conhece, teria uma confirmação de que pertenceria a uma comunidade imaginária que está visivelmente enraizada na vida cotidiana de uma nação, criando um sentido de confiança em uma comunidade no anonimato (Anderson, 1991: 35-6) ou de um ‘sentido de comunhão’ (Sommerville, 1996: 20).



REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict R. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal**: um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil. E-Papers Serviços Editoriais, 2005.

BONNER, Willian. **Jornal Nacional**: modo de fazer. São Paulo: Globo, 2009.

COUTINHO, Iluska; GUIMARÃES, Lara Linhalis. A representação do povo brasileiro no Jornal Nacional. Artigo para Contemporanea – Revista de Comunicação e Cultura; Vol. 6, Nº 1, 2008.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 9. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.



STREY, Marlene Neves. **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

VIZEU, Alfredo (organizador). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VIZEU, Alfredo Eurico; MOTA, Célia Ladeira; PORCELLO, Flávio A.C. (orgs). **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006.

WOLTON Dominique. **Elogio do grande público: Uma teoria crítica da televisão brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1996.